

I ENCONTRO VIRTUAL DA .....  
CIDADES EDUCADORAS DE AMÉRICA LATINA

# Cidades educadoras, Cidades que incluem

Rosario, 29 e 30 de setembro de 2020

[www.encuentroaicela.com](http://www.encuentroaicela.com)



ASSOCIAÇÃO  
INTERNACIONAL DAS  
**Cidades  
Educadoras**  
Delegação América Latina



## EDITORIAL


O objetivo do **Primeiro Encontro Virtual de Cidades Educadoras de América Latina “Cidades educadoras, cidades que incluem”** foi promover um espaço de aprendizagem que gere a troca de ideias e experiências sobre como levar adiante o rol educador desde o governo local na implementação de políticas públicas para afrontar as distintas expressões da desigualdade, em particular no que refere às infâncias, economia social e solidária e a equidade de gênero.

Neste contexto atual de pandemia, o encontro virtual foi um espaço para gerar o diálogo em torno aos desafios da região e a promoção de políticas públicas enfocadas a construir cidades mais igualitárias, inclusivas e educadoras.

Neste marco e considerando os debates que se articulam a partir da inclusão como direito, tínhamos pensamos 3 eixos temáticos para os intercâmbios:

- **EIXO 1. Equidade de gênero desde um olhar local**
- **EIXO 2. Economias transformadoras: novos desafios e oportunidades**
- **EIXO 3. A construção da cidadania desde as infâncias**

O encontro foi organizado em três espaços diferentes (Conferência, painéis e workshops) para contar com alternativas de participação priorizando as propostas para os representantes das cidades membros da AICE.



A conferência e os três painéis temáticos contaram com a participação destacada de acadêmicos que aportaram reflexões para a troca e o debate nos workshops, onde o trabalho esteve focado nos três eixos temáticos ligados ao rol dos governos locais na construção de políticas públicas inclusivas.

No encerramento de cada um dos painéis foram convidados prefeitos e prefeitas de Cidades Educadoras da região para integrarem a “primeira fila”, uma instância inovadora onde cada um deles expressou reflexões e comentários sobre as temáticas abordadas.

Também foram convidadas Cidades Educadoras para apresentar experiências de políticas locais educadoras. Deste modo, foi inaugurada a “Galeria de Experiências”, um espaço virtual com 37 experiências sobre cada um dos eixos do encontro<sup>1</sup>.

Com respeito à convocatória, 600 pessoas de 155 cidades de diferentes países foram inscritas ao Encontro. Cidades dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Guatemala, México, Peru, Portugal, Porto Rico, Uruguai e Venezuela.

É importante destacar o compromisso e a colaboração constante das coordenações da Rede Argentina, a Rede Mexicana e a Rede Brasileira da Delegação para América Latina na organização e divulgação do evento.

1. La Galería de Experiencias se encuentra disponible en: <https://encuentroaicela.com/galeria-de-experiencias/>

Por último, destacamos a importância deste tipo de eventos para fortalecer o rol educador do governo local na implementação de políticas públicas que abordam os desafios atuais desde uma perspectiva integral para construir cidades mais humanas e inclusivas, coincidindo com a Carta de Princípios de Cidades Educadoras.

Esperamos continuar trabalhando juntos por cidades mais inclusivas, reivindicando o coletivo e o público, promovendo a participação democrática e o envolvimento responsável e solidário dos cidadãos na tomada de decisões, com capacidade de convivência na diversidade e na diferença.

**Laura Alfonso**

Diretora Geral  
Delegação América Latina

## Apresentação de ideais principais da conferência, os painéis e a inauguração da galeria de experiências

Em seguida, apresentamos um resumo com as ideias principais que deixaram cada um dos e das palestrantes para refletir nas temáticas nos diferentes momentos do encontro<sup>1</sup>.

### Abertura e Conferência principal

#### Abertura

Da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) consideramos a educação como ferramenta transformadora ao longo da vida das pessoas e em vários espaços. Por isso, deve ser o eixo vertebrador das políticas públicas dos governos locais, a partir de um diálogo aberto entre governo, sociedade civil e a cidades do mundo. O contexto atual nos convida a promover um novo paradigma de desenvolvimento que tenha como foco igualdade e que promova a cidade como um território onde são garantidos os direitos de cidadania de todos.

**Marina Canals**, Secretaria Geral da AICE, destaca a importância de articular políticas a esforços para integrar os agentes públicos e privados. A partir do diálogo, da colaboração e em particular, da participação, é possível promover o crescimento individual de cada um dos cidadãos, ao mesmo tempo que do conjunto das pessoas que habitam uma cidade.

O prefeito da cidade de Rosario e Vice-Presidente da AICE, **Pablo Javkin**, comenta que o objetivo do governo local deve ser gerar cidades mais inclu-

<sup>1</sup>. Os vídeos dos painéis estão a disposição em <https://encuentroaicela.com/> e no canal de YouTube da Delegação para América Latina AICE

sivas, justas e solidárias. Neste contexto de pandemia, é fundamental gerar uma cultura de solidariedade e cooperação para sair da crise. O eixo do AICE é pensar soluções locais para os problemas globais e, nisso, as políticas públicas têm um papel central na promoção da igualdade, solidariedade, inclusão e reconhecimento de direitos.

Por sua parte, **Carina Cabo**, Secretária de Cultura da Prefeitura de Rosario, destaca a complexidade social característica das cidades. O espaço público é o lugar da participação cidadã, a construção é sempre com os outros, por isso a convivência com o diferente implica ter como eixo o respeito e a proximidade com os cidadãos.

### **Conferência principal**

Considerando que o cuidado da vida é o núcleo central para o desenvolvimento da igualdade, a Doutora em Sociologia **Karina Batthyány** nos convida a refletir que, para promover o desenvolvimento da autonomia econômica, é necessário pensá-la em termos de co responsabilidade dos cuidados. Por outro lado, convida a pensar espaços públicos sem exclusões, onde toda a cidadania possa desfrutá-lo. Os espaços urbanos como lugares livres de violência e discriminação, onde prevalece uma cultura sem estereótipos ou preconceitos de gênero, que questiona o mundo simbólico que foi construído a partir dos papéis do feminino e do masculino. Por fim, para dar origem a cidades inclusivas, é preciso eliminar a falsa oposição entre autonomia econômica e questões de gênero, são questões integradas. Portanto, ao se pensar nas cidades, políticas de cuidado corresponsável são necessárias para que haja autonomia econômica.

O professor de Antropologia Social **Carlos Gimenez Romero** se propõe a pensar os governos locais a partir do ODS 11 e 16, onde o foco é ser capaz de pensar as cidades pacíficas e inclusivas. Nesse contexto, uma cidade em paz promove: a não violência, a gestão pacífica dos conflitos e a justiça social. Em primeiro lugar, para uma cidade sem violência, os municípios e a

sociedade civil devem diagnosticar os diferentes tipos de violência existentes na cidade, não só física e material, mas também simbólica, a da mídia e os discursos políticos.

Em segundo lugar, é necessário promover uma gestão pacífica do conflito. Para isso, é necessária uma cultura de mediação, com procedimentos participativos de resolução de conflitos, centrados na abordagem comunitária. Uma cidade em paz deve ter como objetivo a justiça social, a promoção de uma cidadania ativa e o fortalecimento da soberania democrática hoje ameaçada. As Cidades Educadoras devem promover um governo aberto, que promova a participação social e cívica, onde a educação não seja apenas para a paz e o desenvolvimento, mas também para a cidadania ativa.

Por sua parte, **Lucas Ghi**, Prefeito da cidade de Morón, reflete que os desafios que se colocam hoje são a participação, a equidade e a inclusão e para isso é preciso vontade política para construir políticas públicas atravessadas pelo ativismo social são necessárias porque isso as torna mais eficientes. O prefeito acha que hoje emerge uma nova cultura política, fruto da emergência sanitária, que permitiu o diálogo fluido e o trabalho conjunto entre as diferentes posições políticas, o que não anula as diferenças entre os espaços, mas permite que sejam gerados diálogos e pactos.

**PAINEL EIXO 1:**

## **Equidade de gênero desde um olhar local**

A Psicóloga **Clyde Soto**, nos convida a refletir que o gênero configura toda a sociedade, portanto, as políticas públicas devem aproveitar a gestão urbana de uma cidade não apenas para evitar a reprodução das desigualdades de gênero existentes, mas também para fazer as coisas de forma distinta, onde as políticas buscam ser favoráveis à igualdade de gênero e reverter as atuais situações de desigualdade.

As políticas de gênero não são políticas para as mulheres exclusivamente, mas devem ser pensadas para toda a sociedade de forma que as desigualdades de gênero sejam válidas. Embora possa haver algumas políticas específicas voltadas para as mulheres, o horizonte deve ser a incorporação da perspectiva de gênero. Os conceitos de igualdade e equidade são centrais, visto que o objetivo das políticas de gênero é colocar as mulheres em igualdade de condições, visando à equidade. Nisso, é fundamental ter em mente que igualdade implica que temos o mesmo valor e, portanto, os mesmos direitos. Ao se pensar em políticas públicas com perspectiva de gênero, alguns valores devem ser levados em consideração como visibilidade, inclusão, não discriminação, cultura do não estereótipo, igualdade, equidade, participação das mulheres e apoio à mudança sociais, pois são essenciais para uma cidade educadora que promova a igualdade de gênero.

Por sua parte, a Mg. em Ciências Sociais **Michelle Ferreti**, inicia afirmando que a pandemia agrava ainda mais a desigualdade de gênero e a participação política das mulheres, visto que, como cuidadoras domésticas, elas assumem o cuidado de crianças, idosos e enfermos. Essa situação é ainda mais complexa se levarmos em consideração o aumento da violência doméstica e do feminicídio.

Por sua vez, fatores como etnia, classe social, local de moradia, faixa etária e / ou tipos de atividade que desenvolvem condicionam e limitam suas possibilidades.

Portanto, o desafio é promover políticas públicas que garantam a educação e a socialização com base em valores democráticos e igualitários desde a



infância. A presença e participação das mulheres é necessária em todas as instâncias, no governo, nos movimentos sociais, para que participem das soluções.

**Jazmin Pérez Jaro**, Diretora Executiva de Igualdade Substantiva da Cidade do México, indica que é necessário continuar insistindo na necessidade de uma visão crítica de gênero para a tomada de decisões nas políticas públicas. Políticas com perspectiva de gênero não são suficientes, políticas que sejam transformadoras de gênero são necessárias, para que transformem as relações desiguais entre os gêneros.

Nesse sentido, instituições e governos precisam ser fortalecidos, enfatizando diagnósticos, dados e evidências para a tomada de decisões. Institucionalizar os processos para realizar transformações ao longo do tempo para as novas gerações.

Por um lado, devemos erradicar a emergência que implica a violência contra meninas e mulheres e, ao mesmo tempo, buscar uma igualdade social substantiva, no marco de cidades inclusivas e de bem viver. Por isso, é necessário trabalhar a cidadania das mulheres a partir de uma ação direta ao nível local, com uma abordagem transversal e com vista a um impacto à escala global.

Por fim, **Rosa Quintana**, Coordenadora Executiva da Secretaria de Educação para a Cidadania, acredita que a educação na perspectiva de gênero é a principal ferramenta de transformação social. A base política e o judiciário, a polícia e todos os homens e mulheres que fazem parte do serviço público devem ser formados em gênero, porque a justiça social começa na educação. É preciso também empoderar as mulheres e dar-lhes apoio institucional, ao mesmo tempo que gerar reprodutoras de direitos para que formem outras mulheres. Aposte na formação e na educação cívica, pois a educação na perspectiva de gênero é o que permitirá a geração de políticas que tendam à igualdade das mulheres no espaço público.

**PAINEL EIXO 2:**

**Economias transformadoras:  
novos desafios e oportunidades**

O Doutor e economista **José Luis Coraggio** inicia sua reflexão afirmando que o contexto de crise atual marca um ponto de inflexão, onde devemos decidir que tipo de economia queremos ter no futuro. O vírus neoliberal do mercado livre penetrou na vida e mercantilizou a natureza, as relações sociais e o trabalho, precipitando uma profunda crise social e ecológica. A pandemia da saúde desaparecerá, mas a pandemia do mercado desencadeará uma longa luta pela economia. Nesse contexto, você pode continuar com a lógica neoliberal centrada no mercado ou pode apostar em uma mudança radical por meio de uma economia social. E isso porque a cidade não é fruto de um processo natural, mas é uma construção social, para a qual outra economia urbana é possível.

As sociedades têm princípios organizacionais diferentes e nem todas seguem a lógica do mercado. São 7 princípios de integração: **1.** integração por meio de um trabalho decente, socialmente valorizado, relacionado à natureza; **2.** distribuição justa da riqueza; **3.** participação em sistemas de reciprocidade; **4.** geração de um grau de autarquia material, base da autonomia, onde se valorizam a economia do cuidado e a segurança alimentar e energética; **5.** participação em sistemas de troca, no comércio justo com reconhecimento do outro e de suas necessidades, com base nas regras de convivência; **6.** promoção de uma cultura de consumo responsável, com laços sociais virtuosos; **7.** Participação na coordenação democrática e consciente da economia.

Transformar as cidades implica enfrentar as forças globais do mercado, por isso é necessária uma relação virtuosa entre Estado, política e sociedade. É necessária a coprodução de políticas públicas com uma lógica participativa que responda aos problemas cotidianos e estruturais. O contexto atual oferece a oportunidade de se pensar em diferentes sociedades, onde a economia popular possa ser promovida como força produtiva voltada para o trabalho, pautada no princípio ético da vida de todos e da natureza, onde o eixo é a solidariedade.

Por sua vez, o filósofo **Euclides Mance** nos convida a pensar em uma economia de libertação, que tenha a solidariedade e a ecologia como eixos. Para se chegar a essa economia, é preciso primeiro refletir sobre o exercício da liberdade, que implica conhecimento, meios materiais e exercício do poder. Por um lado, o conhecimento é necessário, pois para alguém se libertar precisa conhecer a realidade e seus problemas e, para isso, uma linguagem que permita pensar. Para pensar, a pessoa deve estar integrada a uma comunidade, não se pode pensar sem o outro, apenas com o outro, pois o processo de conhecimento é dialógico.

Em segundo lugar, é necessário considerar os elementos materiais da práxis da libertação, que têm duas grandes fontes: a natureza e a sociedade. Precisamos de ambos para nossa experiência. Para se pensar em uma economia de libertação é preciso apostar em um modo de produção solidário, ecológico e pós-capitalista, onde o valor gerado na economia solidária se acumula no circuito econômico do capital.

**Franco Danilo Morra**, Prefeito da cidade de General Deheza, sugere que este contexto de pandemia nos apresenta o desafio de pensar que outro tipo de cidade é possível, com um estado de trabalho organizador, presente, articulador e gerador, que dá origem a um cidade de oportunidades. Comenta a experiência de sua cidade, onde as cooperativas se articularam como economias do trabalho solidário, geradoras de oportunidades iguais e fontes de trabalho genuíno.

Por fim, reflete sobre os desafios que as cidades enfrentam atualmente: construir uma cidade educadora, gerar uma agenda de trabalho para mudanças climáticas, questões de gênero, inclusão e acessibilidade.

Por outro lado, **Walter Alberto Marcolini**, prefeito de General Alvear, se propõe a fazer toda a gestão pública baseada na economia social, onde o central é o desenvolvimento local, articulado em políticas públicas atravessadas pelos ODS e principalmente o ODS 8 referente ao trabalho e crescimento econômico, o ODS 12 referente à produção e consumo responsáveis, e ODS 17 referentes a alianças para atingir os objetivos. Enfatiza a necessidade

de colocar em prática os valores e princípios do cooperativismo, colocando o ser humano enraizado no território central.

Enfim, **Juan Audiel Calderón Mendoza**, Presidente Municipal de Santa Ana Maya, propõe que o desenvolvimento econômico seja visto de forma integral. Tudo o que é produzido no município deve ter um valor acrescentado. Ele dá o exemplo de sua cidade, onde criaram diversos projetos cooperativos e de economia solidária, levando em consideração as necessidades e possibilidades de desenvolvimento local.

Afirma que os jovens não são o futuro, são o presente. E é por isso que devemos buscar atingir os espaços educacionais. Educação, meio ambiente e saúde são três eixos intrinsecamente relacionados, que devem ser trabalhados em conjunto. A pandemia nos mostrou a vulnerabilidade e fragilidade do ser humano, por isso precisamos pensar em uma forma alternativa de poder oferecer o que o público precisa.

**PAINEL EIXO 3:**

**A construção da cidadania  
desde as infâncias**

A Doutora em Psicologia **Valeria Llobet** inicia o encontro refletindo que crianças e adolescentes são um dos grupos mais assediados pelo confinamento e pela pandemia, haja vista que sua relação com os espaços educativos, os jogos, a autonomia e participação. Isso nos obriga a pensar a cidadania infantil e a repensar as fronteiras fictícias entre o espaço público e o privado. A construção simbólica do espaço público pós-pandêmico apresenta desafios especiais ao se pensar sobre a infância.

A Doutora **Tuline Güngören** nos convida a pensar sobre a relação entre cidadania, infância e espaço público. Dada a grande desigualdade social e a situação pandêmica, vale pensar como as crianças passam pelo confinamento. Onde as crianças são retiradas para a esfera privada, o espaço público desaparece, reforçando a ideia de que os espaços privados são melhores do que os públicos. Nesse contexto, aumenta a desconfiança do outro, fazendo com que os filhos se integrem ainda menos na cidade.

As políticas públicas urbanas, e sua ausência, contribuem para tornar muito problemático falar de cidadania infantil em um sentido real. A criança não é levada em consideração na formulação de políticas, não só porque não existem espaços de real participação, mas também porque não existe um órgão específico encarregado de pensar as políticas públicas desde a infância, nem foi pensando em outros setores da população.

Plantea que, generalmente, las políticas públicas de desarrollo urbano, no se hacen pensando específicamente en las/os niñas/os, y se suele hacer desde una perspectiva clasista, sin considerar las diferencias que hay entre ellas/os en la praxis, lo que se transforma en múltiples obstáculos que impiden a las infancias el disfrute de la ciudad. Es por eso que el reto actual es reformar el concepto de ciudadanía para que sea más inclusivo.

Por sua parte, a doutora em Ciências Sociais, Infância e Juventude, **Marieta Quintero Mejía**, comenta que as vozes das crianças revelam as noções de

vulnerabilidade e contingência tão características da pandemia. O problema ocorre quando a essa vulnerabilidade se somam as possibilidades de dano ou violência.

Aqui existem certas situações em que essa vulnerabilidade se acentua, como o que acontece com as crianças no contexto de uma pandemia na Colômbia, onde a paz é um tema que se debate todos os dias e que coloca em tensão o cotidiano. Neste país, alguma violência foi normalizada e os massacres foram justificados com o discurso do distanciamento, que tem impacto direto no deslocamento de famílias inteiras, onde se vislumbra a tensão existente com o distanciamento e confinamento proposto pelo governo.

A situação de pandemia coloca vozes de medo nas crianças, responsáveis pela fragilidade emocional e econômica de seus ambientes. O local onde ocorre o maior dano no contexto de uma pandemia é a violência sexual, principalmente contra meninas e adolescentes. Então o ambiente familiar passa a ser um lugar de violência e não de contenção. Essa situação é agravada pelo enfraquecimento dos serviços sociais, escolas e espaços recreativos que, na falta deles, aumentam as situações de violência. Além disso, muitas crianças tiveram que assumir os encargos de cuidar do lar e de irmãos ou parentes, devido ao teletrabalho dos pais e à permanência dos filhos em casa em vez da escola.

O presente impõe o desafio de continuar a fortalecer a participação das crianças no espaço público, através de valores como a solidariedade e a cultura empática.

Em seguida, **Nicolás Cuesta**, Prefeito de San Justo, reflete sobre a importância de levar em conta as crianças quando se pensa na cidade, onde os adultos devem promover o respeito e a escuta da infância.

Hoje as cidades precisam abordar a questão da conectividade, pensar em Cidades Inteligentes que garantam o acesso a todas as crianças, pois é fundamental para a sua educação. Pensar em programas que permitam dar mais autonomia e independência às crianças para que possam desfrutar de uma cidade que aprende. As crianças precisam ser ouvidas, é preciso que elas dêem sua opinião desde o primeiro momento que a cidade começa a

ser pensada, não só nos jardins, mas na rua. O prefeito dá como exemplo o programa “Levante a mão” que promove a participação infantil, para que as crianças tenham voz e digam em primeira pessoa o que desejam das decisões públicas.

Por sua vez, **Dinho Cuervo**, secretário de Educação de Sorocaba, comenta que, com a pandemia e a ausência das crianças na escola, aumentam as vulnerabilidades e os riscos que podem correr em casa. O desafio é oferecer educação de qualidade, compartilhar ideias, propostas, ferramentas e projetos que reduzam os danos da pandemia na infância.

**Valeria Llobet** finaliza a reflexão percebendo que por meio das apresentações houve três eixos que nos permitem problematizar a participação das crianças. Em primeiro lugar, ouça não apenas a opinião das crianças, mas também seus silêncios e seus gritos. Em segundo lugar, a participação implica pensar no deslocamento, no trânsito e nas fixações, já que a violência pode ser desculpada na falta de permanência das pessoas no local. Por fim, a visibilidade, invisibilidade e hipervisibilidade das crianças no espaço público, em suas casas e na virtualidade.

## **Inauguração Galería de experiências**

O prefeito de Godoy Cruz, **Tadeo García Zalazar**, inicia sua reflexão sobre a galeria de experiências comentando que a educação não está apenas dentro da sala de aula, mas que a cidade como um todo é aquela que educa e, portanto, tem um papel fundamental na cidadania fora da sala de aula.

O município de Godoy Cruz possui um plano estratégico e de planejamento vinculado aos ODS e esse planejamento proporcionou inúmeras experiências de educação nas cidades, onde se destacam três principais: primeiro, como educar para uma cidadania ativa e participativa. Para cumprir este objetivo, contam desde 2015 com um programa denominado “Voluntariado Legislativo”, trabalhado com o Conselho Deliberativo e os cidadãos, onde os cidadãos apresentam projetos de portaria ou lei para melhorar a cidade. Em segundo lugar, o valor dado à história da cidade. Com a Diretoria de Estudos Históricos, professores da cidade e vizinhos são convidados a conhecer a história da cidade e a participar do resgate patrimonial de prédios históricos. Isso gera um processo de memória viva da cidade.

Por fim, o projeto de arte de 12 anos denominado “Museu ao Ar Livre”, onde, através de murais, a cidade conta com mais de 580 obras em paredes de espaços públicos. As mensagens a serem veiculadas na arte de rua são de uma cidade educadora, orientada pelos ODS, promovendo valores aos cidadãos.

Por outra parte, **Eliani Mesacasa Trentin**, Prefeita de Camargo, comenta que quando começaram a atuar no município com os princípios das Cidades Educadoras, reuniram todos os conselhos (saúde, educação, cultura, obras, assistência social, infância, entre outros) e a partir daí decidiu-se trabalhar todos juntos em um articulado.

Foram gerados projetos interdisciplinares que deram origem a diferentes atividades conjuntas. Por exemplo, eles criaram um projeto chamado “Crescendo no Campo” que visa levar crianças das cidades às áreas rurais do interior, para que tenham conhecimento dessas regiões. Além disso, outros projetos de esporte, saúde e acesso ao patrimônio cultural foram desenvolvidos com o objetivo de gerar articulação conjunta e intersetorial de toda a sociedade.



Por fim, **Omar Suarez**, Vereador da cidade de Colima, destaca que o México tem uma dívida histórica com as mulheres. É um alto grau de violência que está presente em todo o país, onde a questão cultural colocou o homem em um plano preponderante, transmitido de geração em geração. Portanto, o município está comprometido com a cidadania, partindo de uma visão transformadora a partir da família, busca-se que todos os programas tenham uma perspectiva de gênero.

Além disso, tem buscado transformar o sistema de justiça, a polícia municipal, com foco na justiça cívica, de modo que passe de um corpo reativo ou contêiner de violência a um modelo relacionado ao cidadão que assume um papel preponderante e participa de um processo de educação: educar desde a primeira infância, para conscientizar que a violência não é normal, e promover o respeito à mulher. Por outro lado, destaca-se a grande utilidade do “violentômetro”, ferramenta que também permite a identificação da violência de gênero, a fim de medir e ver a escala da violência de gênero.



I ENCONTRO VIRTUAL DA  
CIDADES EDUCADORAS DE AMÉRICA LATINA

## Cidades educadoras, Cidades que incluem

Más información en:

<https://encuentroaicela.com/>

Para conocer más de la Delegación para  
América Latina de Ciudades Educadoras:

<https://www.ciudadeseducadorasla.org>

**Tel:** +54 0341 4802275

**Mail:** ce\_americalat@rosario.gov.ar

**Facebook:** /ciudadeseducadorasla

**Twitter:** @CE\_AmLatina



ASSOCIAÇÃO  
INTERNACIONAL DAS  
**Cidades  
Educadoras**  
Delegação América Latina